

Sua Excelência, o Primeiro-ministro
Dr. Pedro Passos Coelho
Morada

Lisboa, 30 de outubro de 2014

C/C

Sua Excelência o Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete
Sua Excelência a Ministra da Justiça, Dr.^a Paula Teixeira da Cruz
Exmos Senhores Deputados Líderes das Bancadas Parlamentares

Sua Excelência,

As Organizações que subscrevam a presente missiva e todos os cidadãos que representam, vêm junto de V. Exa manifestar o profundo desagrado e preocupação com a posição de Portugal face ao Acordo Transatlântico de Comércio e Investimento (TTIP na sigla em Inglês) nomeadamente face ao mecanismo de arbitragem de conflitos entre investidores e os Estados (*investor-state dispute settlement* – ISDS) que aquele acordo poderá incluir.

Tal posição de Portugal foi expressa por S. Exa Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Dr. Bruno Mações que juntou a sua assinatura às de mais 13 líderes europeus¹ numa carta dirigida ao recentemente indigitado Presidente da Comissão Europeia Jean Claude Juncker, que, lembramos, no discurso de tomada de posse se comprometeu com uma posição oposta àquele mecanismo de arbitragem.

Tal mecanismo, a existir, permitirá a empresas processarem o Estado, reclamando indemnização sobre lucros cessantes e futuros, caso o Estado adopte medidas (políticas e/ou legislativas) que impeçam ou dificultem tal obtenção de lucros. Tal processo não decorrerá em tribunais judiciais mas em órgãos *ad hoc* de mediação arbitral, cuja decisão terá efeitos internacionais. Constitui isto, pois, uma evidente violação do Estado de Direito Democrático que respeite o Primado da Lei e a separação dos poderes de Soberania e outros princípios constitucionais nacionais.

O TTIP, para uniformizar as regras e práticas com as dos Estados Unidos da América, reduzirá substancialmente os padrões Europeus de defesa do consumidor, de defesa do ambiente e da natureza, da segurança e soberania alimentares, dos direitos laborais e sindicais, dos direitos à privacidade e liberdade de utilização da internet, entre outros vários Direitos Económicos, Sociais e Culturais que serão limitados, representando um enorme retrocesso nas conquistas civilizacionais nacionais e europeias.

Se Portugal (e a Europa) for parte neste acordo, alinhará com este retrocesso que repudiamos firmemente. Se Portugal for parte deste acordo e mantiver os padrões actuais naquelas áreas, será processado por parte de empresas estrangeiras que reclamarão indemnização a Portugal, com a acusação de não criar um ambiente favorável ao seu investimento e obtenção de lucro², arriscando uma condenação num tribunal que não dá quaisquer garantias de independência e soberania como dá o poder da magistratura judicial, o que, enquanto cidadãos - portugueses e europeus - consideramos inaceitável.

Como cidadãos, não estamos disponíveis para pactuar com a redução dos padrões europeus que ajudámos a construir e não estamos disponíveis a pagar, com os nossos impostos, indemnizações a empresas estrangeiras que querem lucrar com o retrocesso de conquistas civilizacionais, sociais e ambientais de décadas. Os Direitos Humanos e os padrões que os consagram, não são moeda de troca para atração de investimento estrangeiro.

Assim, instamos V. Exa a diligenciar no sentido de não avançarem as negociações para a conclusão

1 Inglaterra, República Checa, Chipre, Estónia, Dinamarca, Finlândia, Croácia, Malta, Lituânia, Irlanda, Suécia, Espanha, e Letónia.

2 A título de exemplo, depois de um referendo que impediu a adopção de práticas de *fracking* no Estado do Quebeque, Canadá, uma empresa norte americana do ramo, com base no acordo NAFTA, acordo semelhante ao TTIP, processou – e ganhou – em tribunal arbitral o Estado Canadiano em US\$ 225 milhões por tal referendo ter impedido tal empresa ter investido no Quebeque.

do TTIP e de Portugal se manter de fora deste mecanismo de arbitragem de conflitos entre investidores e os Estados, seja este mecanismo constante do TTIP ou autónomo.
Ao inteiro dispor para aprofundar estas temáticas, enviam os melhores cumprimentos,

ACEP – Associação para a Cooperação entre os Povos

ATTAC – Portugal

CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Grupo de Portugal para análise crítica do Acordo UE-EUA

MaisDemocracia

Oikos – Cooperação e Desenvolvimento

Quercus